



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

### **ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2011**

----Aos quinze dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, pelas 20h15m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Auditório Municipal do Páteo do Valverde em Azambuja, com seguinte Ordem do Dia. -----

#### **ORDEM DO DIA**

1. Eleição do 1º Secretário da Mesa da A. Municipal - Substituição de Elemento
2. LT - Sociedade de Reabilitação Urbana
  - 2.1. Contrato Programa e de Gestão 2012 P 15/VAMF/2011
  - 2.2. Adenda ao Contrato Programa e de Gestão 2011 P 16/VAMF/2011
3. Alteração ao Regulamento de Estratos Sociais Desfavorecidos P 52/VP/2011
4. Revogação de Taxa P 73/P/2011
5. Período Especial de Legalização de Obras de Edificação e Edificações Existentes - Prorrogação de Prazos P 90/P/2011
6. Regulamento das Hortas Sociais do C. de Azambuja P 49/P/2011
7. Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Azambuja P 16/VML/2011
8. Alterações ao Regulamento de Cedência de Viaturas De Transporte Colectivo do Município de Azambuja P 26/VSL/2011
9. Análise da situação financeira da Câmara Municipal de Azambuja
10. Ponto da situação do processo de revisão do Plano Director Municipal
11. Informações

----- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso, e secretariaram a reunião o Sr. Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, 2º Secretário, e a Sra. D. Dina Teresa Patrício, em substituição do 1º Secretário. -----

---- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais Senhores, Ana Sofia Dias Ajuda, António Batista Marques, António Francisco Nunes Godinho, António José Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, António Manuel Montez Amaral, Daniel Albino Lopes Claro, José Cabral Pinto, Fernando Emídio Costa, Francisco António Galvão Morgado, Herculano Valada Martins, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, Isabel Maria Franco Corrêa, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Luís Marques dos Santos, José Manuel Isidoro Pratas, Justino Cláudio de Oliveira,

Lúcio Manuel Cardador Costa, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria de Lourdes Firmino Piriquito, Pedro Manuel Raimundo Duarte Coelho, Rita Adriana Gonçalves Domingos, Luís Eduardo Salvaterra da Silva e Sérgio Paulo Rodrigues Ramos Jorge. -----

----Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-Presidente, Ana Maria Correia Ferreira, Marco António Martins Leal Pereira, Silvino José da Silva Lúcio, António Jorge Lopes e António José da Fonseca Nobre, Vereadores. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para saudar todos os presentes e para informar que o Sr. Rui Augusto Nabais havia pedido a suspensão do mandato até ao final do mês de Julho de 2012 e que, até lá, a vaga de Deputado Municipal seria preenchida pelo Sr. Luís Eduardo Salvaterra da Silva. Mais informou que os Srs. David José Pinto Mendes e Vera Lúcia Raimundo Brás, por motivos imprevistos, não podiam comparecer à reunião de hoje, pelo que iriam ser substituídos pelos Srs. José Cabral Pinto e Dina Teresa Sousa Patrício, respectivamente. -----

Posto isto, e estando constituída a Mesa e havendo “quórum”, o Sr. Presidente da Assembleia informou que estavam reunidas as condições para dar início aos trabalhos. -----

Mais informou que, sendo esta uma sessão extraordinária, apenas havia o período antes da ordem do dia destinado ao público. -----

#### ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Sr. Presidente da Assembleia perguntou se havia no público quem quisesse intervir. -----

---- Interveio o Sr. Rúben Mateus, munícipe, querendo saber o ponto de situação do Parque Urbano da Milhariça. -----

---- Para saber em que fase se encontra o plano de pormenor da Quinta de Mor interveio outro munícipe, o Sr. José Luís. -----

---- A seguir pediu a palavra o Sr. Canha, munícipe e comerciante de Azambuja, para colocar algumas questões, como o estacionamento dentro da vila e a falta de policiamento das ruas. Não para passar multas mas para maior segurança e bem-estar da população. Disse ter já sugerido a colocação de uma lombagem, que sirva também de passadeira para peões, no espaço entre a CGD e o seu estabelecimento, dado haver automobilistas que passam ali, muitas vezes, em velocidade excessiva. Abordou ainda a questão das obras das Piscinas Municipais, os arranjos e limpezas do Esteiro e da Casa Branca. Terminou, querendo saber quanto custou a obra da Praça de Touros. ---

---- A Sra. D. Conceição Maurício, munícipe de Aveiras de Cima e ex-deputada municipal, pediu para intervir para dizer que, por várias vezes, tem acontecido estar na assistência das sessões da Assembleia ou da Câmara Municipais e o Sr. Presidente da Câmara referir-se a tomadas de posição que ela tomou, enquanto fez parte deste Órgão (A.M.) na anterior legislatura. No entanto, nem sempre o que é dito pelo Sr. Presidente, nessas intervenções, corresponde exactamente ao que se passou. Tem havido uma ou outra vez uma “nuancezinha” que faz toda a diferença, dado que o Sr. Presidente sabe que nessas alturas ela não pode intervir e, conseqüentemente, também não se pode defender. Lembrou que na última sessão da Assembleia, a propósito de um assunto relacionado com as Águas do Oeste, o Sr. Presidente referiu que, se tivesse feito aquilo que ela preconizou durante uma legislatura inteira, que era pagar às Águas do Oeste, já se tinha arrependido, o que não é verdade. Referiu



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

que o que lhe disse, por várias vezes, é que o contencioso com as Águas do Oeste, que motivou aquela dívida, se deveu a uma deficiente contratualização daquilo que foi assinado com aquela empresa. A Câmara assinou um contrato deficiente, que motivou um contencioso que, por sua vez, fez avolumar uma dívida. Para além disto, disse-lhe também, várias vezes que independentemente da Câmara pagar ou não às Águas do Oeste, esta dívida deveria ser reflectida nas contas anuais, que era o que, na altura, não estava a ser feito. -----

Neste contexto, a Sra. D. Conceição Maurício pediu para o Sr. Presidente não voltar a falar sobre posições tomadas por ela, ou a palavras que tenha proferido, em alturas em que ela não possa estabelecer o seu contraditório. -----

---- Pediu também para intervir o Sr. Paulo Vasco, munícipe, dizendo que à semelhança do que já havia falado na sessão da Assembleia em Vila Nova de S. Pedro, gostava saber que “demarches” foram feitas, desde essa altura até agora, sobre a situação dos Correios de Alcoentre. Uma outra questão apontada por este munícipe teve a ver com a empresa Águas de Azambuja, relativamente à anulação de algumas bocas-de-incêndio substituindo-as por válvulas de descarga de ar, o que, na sua opinião, é uma situação grave. Tanto mais que ainda hoje a lei obriga a que as bocas-de-incêndio estejam à disposição da População e dos Bombeiros em caso de incêndios. Alertou para o facto de a grande maioria das tampas de saneamento se encontrarem danificadas. -----

---- Para responder a estas questões, interveio o Sr. Presidente da Câmara. -----  
Sobre o Parque Urbano da Milhariça disse que foi efectivamente aprovado, pela Câmara e pela Assembleia, atribuir à EMIA a realização desta infraestrutura. Acontece porém que, desde a data em que essa aprovação foi feita em Assembleia até hoje, houve duas situações que se alteraram. Uma foi o facto de o governo ter anunciado legislação, que tem em vista disciplinar o funcionamento das Empresas Municipais e que, a ser aplicada no primeiro trimestre do próximo ano, determina a extinção da EMIA. Assim, neste momento, não se pode lançar uma obra a uma empresa que corre o risco de vir a ser extinta. A outra, é o facto de a Câmara não ter capacidade financeira, nem poder recorrer a entidades bancárias, para executar essa mesma obra. Nestas circunstâncias, o Sr. Presidente adiantou que ter-se-ão de estudar outras alternativas para a concretização desta obra. -----

Quanto ao Projecto da Quinta do Mor, na opinião do Sr. Presidente, terá de haver um acompanhamento mais directo dos interessados no loteamento com a direcção da AUGI, entidade que sabe exactamente qual o ponto de situação deste plano de pormenor. Acrescentou que entende que as pessoas se manifestem na Assembleia Municipal, como forma de pressionar o Executivo da Câmara a avançar rapidamente com este processo, mas, por outro lado, disse não valer a pena, uma vez que é o que a Câmara tem feito sempre. Em termos de arquitectura o processo está concluído. O que falta concluir, são os projectos de electricidade e de telecomunicações e fazer o redesenho da distribuição das pessoas que vivem na Quinta do Mor, uma vez que, ao longo deste ano, voltaram a aparecerem pessoas que não constavam da lista inicial. -

---- Interveio o Sr. José Luís, munícipe e membro da comissão de acompanhamento da Quinta do Mor, dizendo que acerca de um ano fez-se uma reunião na Câmara onde o Sr. Presidente informou que o projecto estava entregue aos técnicos da Câmara, por se terem verificado umas trocas e uns enganços. O Sr. Presidente pediu para a comissão rectificar essas trocas, tendo ele andado de porta em porta a pedir para os lotes serem rectificadas. No mês passado ligou para o Sr. Arquitecto da Câmara, que lhe disse que só faltava marcar a reunião com o Sr. Presidente para aprovar o plano

da urbanização da Quinta do Mor. É preocupação do munícipe que o Sr. Presidente termine o mandato e este projecto fique por concluir. -----

---- Voltou a usar da palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que a Câmara irá fazer o que estiver ao seu alcance para agilizar este processo. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro pediu para intervir, a título pessoal, para dizer que compreende a indignação das pessoas da Quinta do Mor aqui presentes porque apesar de ser um processo complicado, também já começa a estar farto das explicações que aqui tem ouvido e, por isso, disse que na próxima Assembleia Ordinária de Março se a Câmara não apresentar um relatório escrito sobre a situação do processo, pedirá uma reunião da Assembleia sobre esta matéria, uma vez que este Órgão também não se pode alhear destes assuntos. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara retomou a palavra para informar que, relativamente ao estacionamento dentro da Vila, a Câmara tinha lançado o concurso, tendo apenas havido um concorrente. O processo seguiu para o Tribunal de Contas, que durante vários meses andou a fazer perguntas, até que saiu legislação que o inviabilizou. Sobre as forças policiais, o Sr. Presidente referiu haver uma melhoria nas condições de segurança com a vinda de mais elementos para a GNR local. A colocação da lomba referida pelo munícipe irá ser tida em conta. O projecto da recuperação das piscinas está pronto, aguarda-se a abertura da candidatura a energias renováveis. O custo da obra da praça de touros foi de 600.000 euros. Neste caso o Sr. Presidente disse que o que não estava incluído na empreitada era a reparação da teia e da arena, que foi feita pelos trabalhadores da Câmara. -----

No que diz respeito à intervenção da Sra. D. Conceição Maurício, o Sr. Presidente referiu que apenas quis dizer que a Senhora, enquanto Deputada Municipal, pretendia que ele fizesse reflectir nas contas da Câmara a facturação da AdO. E que, se o tivesse feito, seria assumir que a mesma estava correcta. Aproveitou também para informar que os pagamentos àquela empresa estão a ser feitos por conta. Acrescentou que nunca referiu que a Senhora alguma vez o tenha pressionado para pagar à AdO. -----

Relativamente às bocas-de-incêndio e às tampas de saneamento, disse que irá verificar essas situações e sobre os CTT de Aveiras de Cima informou que será o Sr. Vice-Presidente a dar as devidas explicações. -----

---- Tomou então a palavra o Sr. Vice-Presidente para informar que após terem sido eleitas as comissões dos utentes, nas reuniões havidas em Aveiras de Cima e em Alcoentre, as inquiriu sobre o andamento das diligências, tendo constatado que as mesmas ainda não tinham reunido que, por isso, nada foi feito. Pretendeu também reunir-se com os Presidente de Junta das Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de S. Pedro e Maçussa por terem manifestado interesse em que os abaixo-assinados circulassem nas suas freguesias. Os abaixo-assinados de Aveiras de Cima já chegaram à Câmara. Aguarda-se pela chegada dos de V. N. de S. Pedro e Maçussa para reunir com o representante do Sindicato que esteve presente nas reuniões de Aveiras de Cima e de Alcoentre. Ainda sobre a questão levantada pelo Sr. Paulo Vasco, o Sr. Vice-Presidente, detentor do pelouro da Protecção Civil, agradeceu a informação e informou que, em conjunto com o Sr. Presidente, irão ser, de imediato, tomadas as devidas providências. -----

---- A Sra. D. Conceição Maurício voltou a pedir a palavra para dizer que o Sr. Presidente da Câmara negou que disse que ela o “tinha seringado” para pagar às Águas do Oeste mas, a verdade, é que disse e esta foi a expressão que utilizou. De qualquer forma reflectir a dívida da AdO nas contas da Câmara não queria dizer que



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

admitisse as facturas como boas, porque para isso é que existe uma rubrica para "Facturas em Conferência", exactamente para se saber se serão pagas ou não. -----

---- Terminado este período, o Sr. Presidente da Assembleia informou que iria dar início aos trabalhos constantes da Ordem do Dia. Esclareceu, no entanto, que o primeiro ponto iria ser retirado por se tratar de um pedido de substituição e não um pedido de renúncia ao mandato de 1º Secretário da Mesa da Assembleia. -----

### **1. Eleição do 1º Secretário da Mesa da A. Municipal - Substituição de Elemento**

---- Retirado. -----

### **2. LT - Sociedade de Reabilitação Urbana**

2.1. Contrato Programa e de Gestão 2012 - P 15/VAMF/2011

2.2. Adenda ao Contrato Programa e de Gestão 2011 - P 16/VAMF/2011

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para fazer a apresentação das duas propostas. -----

---- Pediu para intervir o Sr. Deputado Municipal Herculano Martins dizendo que a Sociedade de Reabilitação Urbana dizia respeito às Freguesia de Azambuja e de Manique do Intendente e, daquilo que lhe é dado observar nestas propostas, o que vem hoje à Assembleia só diz respeito à freguesia de Azambuja, pelo que gostaria de saber como fica a situação da sua freguesia. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro também quis intervir. Em relação a esta matéria, disse ter manifestado, logo de início, a sua preocupação por lhe parecer que não estão estabelecidos os canais de informação entre a Câmara e a SRU. Existe, porém, a certeza de que há um determinado grau de desconhecimento por parte dos serviços competentes da Câmara Municipal em relação a esta matéria que, do seu ponto de vista, é inaceitável. Acrescentou que o BE pretendia deixar claro que concorda com a reabilitação urbana, mas também pretendia deixar claro que não passa cheques em branco a entidade nenhuma que não tenha uma supervisão adequada por parte do Município de Azambuja. Como no seu entender não estão verificados esses pressupostos, o BE irá abster-se nesta votação. -----

---- Interveio, a seguir, o Sr. Deputado António José Rodrigues. Sobre este ponto disse que poderá eventualmente tecer algumas considerações no decorrer da sua discussão. Quis no entanto referir que, relativamente à informação nº 2 que nomeia a conselheira local para a igualdade, Marina de Oliveira Mendes Correia, no âmbito dos CLAS de Azambuja, só conhece a legislação que acompanha a referida informação. Apesar de lhe parecer que o cargo não trás dividendos para a pessoa nomeada, uma vez que não é remunerado, no despacho do Sr. Presidente da Câmara deveria constar o currículo da Senhora. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados neste ponto. Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Herculano Martins, disse que a intervenção da SRU também será feita em Manique do Intendente, simplesmente isto é um contrato até ao fim de 2012 e o que foi definido como área prioritária experimental é uma pequena zona da ARU de Azambuja. Em termos de SRU as áreas estão definidas e são toda a zona central de Azambuja e a zona envolvente da Praça dos Imperadores em Manique do Intendente. Sobre as questões de descoordenação referidas pelo Sr. Deputado Municipal Daniel Claro, disse que tem de existir coordenação política e coordenação técnica. A coordenação política é feita pelo Presidente da Câmara e, basicamente, pela Vereadora Ana Ferreira que tem este pelouro e participa activamente em todas as questões, quer políticas quer técnicas, inerentes aos

trabalhos da SRU. Em termos técnicos, a coordenação é tão grande que até o levantamento dos proprietários e do estado dos prédios incluídos nesta zona da ARU de Azambuja, em termos experimentais, foi feita em conjunto com os técnicos da Câmara e os técnicos da SRU. Este Grupo foi coordenado pela Sra. Eng.ª Lurdes Cláudio e integrava a Dr.ª Rita Caetano e o Topógrafo. -----

---- O Sr. Deputado Daniel Claro voltou a pedir a palavra para dizer que o que tinha dito e tornava a repetir é que existe um grau de desconhecimento sobre o avanço do processo por parte de alguns serviços da Câmara Municipal, nomeadamente, de serviços que tem responsabilidade nesta matéria e salientou os serviços de urbanismo. -----

---- Não havendo mais intervenções neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia deu início à votação das propostas. -----

**2.1. Contrato Programa e de Gestão 2012 - P 15/VAMF/2011 -----**

---- Realizada a votação foi a proposta aprovada por maioria, com 25 votos a favor (18 do PS, 4 da Coligação PFNT e 3 da CDU) e 4 abstenções (3 da CDU e 1 do BE). -----

---- **2.2. Adenda ao Contrato Programa e de Gestão 2011 - P 16/VAMF/2011-----**

---- Realizada a votação foi a proposta aprovada por maioria, com 26 votos a favor (18 do PS, 4 da Coligação PFNT, 3 da CDU e 1 do BE) e 3 abstenções da CDU. -----

**3. Alteração ao Regulamento de Estratos Sociais Desfavorecidos - P 52/VP/2011**

---- O Sr. Vice-Presidente interveio para fazer a apresentação da matéria constante desta proposta. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Daniel Claro para informar que o BE irá votar favoravelmente esta proposta reservando, no entanto, o direito de em sede discussão do Orçamento ter uma visão mais enquadradora desta matéria. -----

----- Seguidamente, interveio o Sr. Deputado Municipal António Godinho dizendo que estabelecer valores fixos para apoio aos medicamentos pode ser interessante mas, simultaneamente, redundante. Em sua opinião, seria mais fácil o estabelecimento de percentagens por forma a torná-los mais equitativos e equilibrados. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Herculano Martins, na alteração ao regulamento, alínea d) do artº 4º, nomeadamente, no que diz respeito a limites de apoio em que refere “... pessoas maiores de 18 anos ...” quis saber em que situação ficam os pais que tenham menos que essa idade. -----

---- Para dar resposta ao Sr. Deputado Herculano Martins, O Sr. Vice-Presidente interveio dizendo que estas condições gerais são as mesmas que foram aprovadas no regulamento da carne e do peixe. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Herculano Valada Martins interveio novamente sugerindo que aquela alínea deveria ser retirada. -----

---- Não havendo outras intervenções o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 52/VP/2011 à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

**4. Revogação de Taxa P 73/P/2011**

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro, do BE, interveio para dizer que não iria tomar parte quer na discussão quer na votação deste ponto, por ter feito parte de uma negociação do acordo na qualidade de dirigente da ACISMA. -----

---- A seguir interveio o Sr. Presidente da Câmara para dar uma breve explicação sobre o assunto constante da presente proposta. -----

---- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

### **5. Período Especial de Legalização de Obras de Edificação e Edificações Existentes - Prorrogação de Prazos P 90/P/2011**

---- O Sr. Presidente da Câmara voltou a intervir para fazer uma descrição sucinta da matéria constante desta proposta. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal António Lavado dos Reis querendo saber quantos pedidos de legalização já foram feitos ao abrigo desta determinação. Disse ter conhecimento que esta era uma medida tomada para facilitar os munícipes, todavia, na prática, as pessoas queixam-se que as exigências são tantas ou mais do que as necessárias para iniciar o processo de construção de uma nova casa. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Herculano Martins interveio também dizendo concordar plenamente com o deputado que o antecedeu, acrescentando que, por vezes, os elementos que se pedem não são necessários, pelo que desmoralizam os munícipes. -

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio dizendo que são 47 processos e constam nos considerandos da proposta. -----

---- Discutido este assunto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

### **6. Regulamento das Hortas Sociais do C. de Azambuja P 49/P/2011**

---- O Sr. Vice-Presidente fez a apresentação da matéria constante desta proposta.

---- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a presente proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

### **7. Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Azambuja P 16/VML/2011**

---- O Sr. Vereador Marco Leal interveio para fazer a apresentação da matéria constante desta proposta. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Daniel Claro dizendo ser importante que a oposição esteja atenta ao que de mau se passa na Câmara, embora o Executivo tenha outra opinião. O exemplo que foi dado com a discussão deste regulamento, independentemente de, mais tarde, com a sua aplicação prática, poder vir a chegar à conclusão de que é preciso fazer umas rectificações aqui ou ali e que é normal, é que houve discussão, sendo, por isso, de realçar esta atitude. Neste regulamento a grande questão que se levanta é a dotação orçamental para o aplicar na prática. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro também quis intervir nesta matéria dizendo que o regulamento não refere a data em que deve ser entregue o subsídio após a sua aprovação. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Francisco Morgado pediu a palavra querendo saber que colectividades intervieram neste processo, para além das que estão mencionadas na proposta. -----

---- O Sr. Vereador Marco Leal interveio para dizer que era impossível, no processo inicial, contactarem-se todas as colectividades do concelho. O que se pretendia era arranjar um documento base, tendo, para isso, sido contactadas colectividades que fossem representativas de cada uma das diferentes modalidades desportivas e/ou culturais. -----

---- O Sr. Deputado Municipal António Lavado dos Reis pediu a palavra para perguntar se as Filarmónicas também foram contactadas. -----

---- O Sr. Vereador Marco Leal voltou a intervir esclarecendo que, no início deste processo, foram auscultadas todas as modalidades, quer desportivas quer culturais. -

---- O Sr. Deputado Municipal Lúcio Costa interveio felicitando o Sr. Vereador do Desporto pela apresentação do presente regulamento. Em sua opinião, este documento contempla aspectos muito bons e positivos para o associativismo do

Concelho. No entanto, a compartição nas despesas de competição, referidas no art.º 10º, só dizem respeito a provas federadas. Porém, existem Freguesias, como Alcoentre e Vila Nova de S. Pedro, que têm futebol federado e não federado, onde o não federado é muito bem organizado e, por isso, envolve também despesas substanciais, como as de inscrição e de deslocação, sendo que esta situação não está contemplada no presente regulamento. -----

---- O Sr. Vereador Marco Leal, em resposta ao Deputado Municipal, interveio dizendo que nas normas anteriores não havia qualquer tipo de apoio para jogadores que participavam no Inatel. Todavia, no presente regulamento, já existe apoios para esses atletas. Com a implementação do AZB Fair Play o município dinamizou e fomentou a prática do desporto em todo o Concelho a um custo muito reduzido para os jogadores. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal Joaquim Marques para dar alguns exemplos das despesas que a Associação de Vila Nova da Rainha tem com os jogadores federados no INATEL. -----

---- Não havendo outras intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 16/VML/2011 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 25 votos a favor (18 do PS, 6 da CDU e 1 do BE) e 4 abstenções da Coligação PFNT. -----

Terminada a votação o Sr. Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos para um intervalo de cerca de 5 minutos. -----

#### **8. Alterações ao Regulamento de Cedência de Viaturas de Transporte Colectivo do Município de Azambuja - P 26/VSL/2011**

---- Retomados os trabalhos foi dada palavra ao Sr. Vereador Silvino Lúcio para apresentar esta proposta. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal Lúcio Costa dizendo que na alínea a) dos considerandos da presente proposta estão descritas as competências da Câmara em matéria de cedência do transporte colectivo, mas o que é verdade, segundo este Deputado, é que a cedência de um autocarro a uma colectividade que necessite de fazer uma viagem ao sul ou ao norte do País não fica por menos de 700 Euros, porque a Câmara cobra 50€/hora mais as despesas com o motorista, independentemente do tempo que, quer um quer outro, estejam parados. Porque esta é uma despesa que é incomportável para terras e colectividades pequenas, e porque acha que este regulamento é altamente penalizador para quem não tem outras alternativas, o Sr. Deputado Municipal disse não poder votar favoravelmente esta proposta. Terminou a sua intervenção dizendo que, actualmente, fica mais barato requisitar um autocarro a uma empresa de transportes do que pedir o autocarro à Câmara. -----

---- Os Srs. Deputados António Lavado dos Reis e Joaquim Marques manifestaram também a sua concordância com o que foi dito pelo Deputado que os antecedeu. -----

---- Interveio a seguir o Sr. Deputado Daniel Claro dizendo que esta é uma discussão de barriga cheia. O Sr. Marques leva uma série de coisas para a actividade futebolística e o Sr. Lúcio Costa tem lá um campo de futebol, com parque de estacionamento alcatroado, que, na melhor das hipóteses, é para o Sport Lisboa e Cartaxo fazer um protocolo para lá jogar. Será, provavelmente, por todas estas razões que se irá discutir o ponto que vem a seguir. -----

---- Pediu também para intervir neste ponto, o Sr. Deputado Municipal Pedro Coelho para dizer que esta proposta é mais um corte no apoio que deveria ser dado às associações e colectividades do Concelho, quando deveria ser apoio suplementar. Assim sendo, a Coligação PFNT irá abster-se nesta votação. -----





## *Assembleia Municipal de Azambuja*

- O Sr. Vereador Silvino Lúcio interveio dizendo que esta proposta não vai agravar o custo com a cedência do transporte mas sim aliviá-lo. Anteriormente a cedência do autocarro era taxada em 50€/hora e com esta alteração pretende-se que as colectividades apenas paguem em função do tempo de utilização do autocarro. -----
- Interveio também o Sr. Deputado Justino Oliveira para dizer que a Junta de Freguesia de Aveiras de Cima nunca utilizou o carro da Câmara. Recorrem sempre a empresas transportadoras por ser muito mais barato. Na sua opinião este regulamento é um desincentivo. -----
- Interveio ainda neste ponto o Sr. Deputado António Godinho. Disse, em primeiro lugar, que era importante que se soubesse reconhecer os erros. Em segundo lugar, salientou que o Deputado Lúcio Costa foi de todos o que fez uma leitura mais cuidadosa deste documento, que lhes foi entregue há 3 dias. Voltou a falar sobre a entrega tardia da documentação para as reuniões. Sugeriu que se retirasse o documento de modo a ser feita uma discussão mais aprofundada. -----
- O Sr. Deputado Daniel Claro pediu a palavra para dizer que a Câmara tem que assumir que, se esta taxa for demasiado barata, não está preparada para atender todas as situações, uma vez que corre o risco de vir a tomar decisões políticas muito delicadas, e que será o ter de escolher as actividades prioritárias. Afirmou que esta é que é a verdadeira questão e que deveria ter, por parte da Assembleia, uma maior reflexão. A Câmara terá de assumir, com toda a transparência, que esta é uma taxa moderadora. -----
- O Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas também quis intervir dizendo que de facto esta medida é, efectivamente, um desincentivo para que não se utilizem os autocarros da Câmara. A ser de outra maneira, a Câmara não tinha meios para dar resposta a todos os pedidos. Por concordar com esta proposta o Sr. Deputado disse que irá votá-la favoravelmente. -----
- O Sr. Lúcio Costa voltou a intervir para dizer que o âmbito da aplicação deste regulamento, por ordem de preferência, vai para as Juntas de Freguesia, Estabelecimentos de Ensino, IPSS e só depois as acções de o Desporto, Cultura e Recreio. Referiu, a título de exemplo, que a sua junta de freguesia ficou sem médico de família. Os doentes, alguns com 80 anos, desde que não tenham apoio familiar, são transportados pela junta até ao posto médico de Manique do Intendente. Ora, se o autocarro da Câmara for requisitado para fazer este serviço, a junta tem de pagar 35€/h por uma carrinha de 9 lugares. O Regulamento para as colectividades já foi aprovado no ponto anterior. Este regulamento mexe com todas as instituições do Concelho, frisou, e por isso não é o mais correcto. -----
- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro interveio uma vez mais para dizer que este assunto deveria ser dividido em duas partes. Partindo do que o Deputado Lúcio Costa disse, terá de se fazer uma distinção. As colectividades seriam apoiadas em sede do Regulamento às Colectividades, talvez até revendo o apoio que lá é mencionado, e reservar os carros da Câmara para as Juntas de Freguesia, Escolas e IPSS a um preço substancialmente mais barato e mais eficaz. -----
- O Sr. Deputado Municipal António Amaral interveio dizendo que apesar de neste caso beneficiar de uma situação mais privilegiada, partilha das preocupações do Deputado Lúcio Costa e das colectividades da Freguesia de Azambuja e por isso irá também votar contra esta proposta. -----
- O Sr. Vereador Silvino Lúcio interveio novamente evidenciando o facto de os motoristas municipais não poderem exceder o número de horas extraordinárias. -----

Referiu também que se a proposta for aprovada, ficará o compromisso de este assunto voltar a ser analisado tendo em conta as sugestões levantadas nesta discussão, cruzando-o com o regulamento das colectividades. ....

---- Terminada a discussão deste assunto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 26/VSL/2011, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 15 votos a favor do PS, 2 votos contra do PS, e 11 abstenções (6 da CDU, 4 da Coligação PFNT e 1 do BE). ....

#### **9. Análise da situação financeira da Câmara Municipal de Azambuja**

---- O Sr. Presidente da Assembleia interveio para explicar que a inclusão das matérias constante deste ponto e do seguinte foram solicitados pelo BE. Assim sendo deu a palavra ao Sr. Deputado Municipal Daniel Claro. ....

---- O Sr. Deputado começou por dizer que não havia necessidade de explicar a razão de ter pedido para agendar esta matéria, uma vez que se conhece a actual situação financeira da Câmara. Contudo, gostaria de referir alguns aspectos. ....

Recordou que em Abril de 2010, o BE apresentou uma proposta à Assembleia onde, entre várias coisas, se pedia a renegociação das contrapartidas relacionadas com a deslocalização do aeroporto da Ota, uma vez que, já nessa ocasião, se chamava a atenção para a gravíssima situação económica do País, e já se dizia, também, que este Concelho iria atravessar enormes dificuldades. Nessa reunião a dita proposta demorou três minutos a ser discutida. Primeiro, com a alegação de que o BE pretendia gastar o dinheiro todo à Câmara e, depois, porque o BE queria aumentar para o dobro os funcionários da Câmara. ....

Em Dezembro de 2010, o BE voltou a apresentar a mesma proposta sob a forma de recomendação, que foi votada por unanimidade, no entanto a Câmara não teve o bom-tom de a submeter a uma pequena discussão entre a Vereação, ou seja, a recomendação passou completamente em claro. Referiu que a culpa não é só do Executivo Camarário como é também da Assembleia Municipal quando e demite de discutir os assuntos mais prementes, apesar de ter sido, várias vezes, avisada por diversos Deputados Municipais. ....

O Sr. Deputado disse ainda que, quando o BE apresentou esta proposta, não era para ouvir o Dr. Ramos mas sim para ouvir a maioria socialista com assento nesta assembleia sobre este assunto. Referiu não aceitar que esta maioria faça o mesmo que fez quando o Sr. João Benavente foi embora. Passou tudo a ser culpa dele. Um destes dias sai o Dr. Ramos e as culpas passam todas para ele. A situação que a Câmara vive tem, de facto, responsabilidade do Dr. Ramos pela centralização que faz de pelouros importantes, mas essa centralização é consentida pelos membros do Partido Socialista, particularmente, pelos membros do PS nesta Assembleia Municipal, na medida em que, sempre que se quer tocar nalguma discussão importante, fogem dela como o diabo da cruz. ....

Na opinião do Sr. Deputado Daniel Claro, o que está aqui em causa é que a Assembleia saiba que a capacidade de endividamento da Câmara está esgotada desde o dia 1 de Janeiro, ao contrário do que se pensou e do que foi dito. A Assembleia tinha ainda o direito de saber que, nos últimos, anos a Câmara celebrou entre 400/500 protocolos, com incidência orçamental, com colectividades, juntas de freguesia, etc., que necessitam de revisão e que a Câmara, em 2009, tinha cerca de um milhão e cem mil euros de ajustes directos. Em 2010 saltou para três milhões e este ano já atingiu os quatro milhões. A EMIA, em 2 anos, multiplicou por oito os ajustes directos. Ressalvou que não pretende dizer que as obras foram todas mal feitas mas a realidade é esta. No próximo dia 27 ir-se-á discutir um orçamento que



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

não tem qualquer razão de ser. Trata-se apenas de um orçamento para cumprir calendário. Acrescentou que em Junho, na reunião da Assembleia, em que se discutiu o Estado do Município, o BE disse que esta Câmara tinha que ter, este ano, um orçamento tendencialmente de base zero. Partir de uma definição política clara de quais as políticas prioritárias no Concelho, depois para uma reorganização administrativa de acordo com essa definição política e analisar profundamente quais as necessidades e critérios de distribuição das verbas. A não ser assim, iremos ter um orçamento que nem sequer contempla serviços que terão de ser reorganizados por via da saída de técnicos de grau superior, nomeadamente, na área da educação. A Assembleia tem que exigir ao Executivo Camarário que se reorganize. A Câmara foi dimensionada para a vinda do Aeroporto. Como isso não aconteceu, na opinião do Sr. Deputado, a DIOM e o Urbanismo têm de ser fundidos, porque já não faz sentido existirem dois departamentos. Tal como já não faz sentido manter um corpo de cinco Vereadores.

Outro problema é esperar que o Governo faça a legislação, quando se deveria fazer o trabalho de casa antes. Quando sair a legislação, que poderá impor a redução de pessoal, não estaremos preparados e, à pressa, ir-se-á fazer um estudo para dizer ao Governo que a Câmara de Azambuja não pode reduzir pessoal. A Câmara está fiada que o Governo irá avançar com um plano de saneamento financeiro para as Autarquias e até pode ser que sim, mas que não haja dúvidas, à semelhança do que foi feito pela Troika o Governo estabelecerá um protectorado e diminuirá significativamente a autonomia das Câmaras. O Sr. Deputado disse que se este trabalho de casa não for feito, estarão em causa postos de trabalho, uma vez que uma das condições irá ser a redução do quadro de pessoal. -----

---- O Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas interveio dizendo que esta é uma discussão importante, mas a situação financeira da Câmara não se deve só a este governo mas também aos governos anteriores, já que a alternância tem sido sempre PSD/PS e vice-versa. -----

---- Interveio a seguir o Sr. Deputado Municipal António Godinho dizendo a situação financeira da Câmara Municipal de Azambuja é gravíssima, mas não tem a ver nem com a Troika nem com os Governos, mas sim com o Partido Socialista e a Câmara na Azambuja. O que se fez foi mal feito. Efectivamente, desde o início deste mandato, a Coligação chamou a atenção para esta situação e avisou que os erros de gestão que se têm cometido iria ter custos gravíssimos e estão à vista. Disse ainda que 2012 vai ser mau para este País e para este Concelho. Não há dinheiro para as IPSS's, Juntas, Associações nem para os Municípios. A responsabilidade é exclusivamente do PS e não foi por falta de aviso das oposições. Neste Concelho a oposição sempre foi tratada "abaixo de cão". Desde 2009 que a Coligação pede para ser posta a par dos orçamentos e nunca o fizeram. O mesmo se irá passar em relação a este ano. Será só na véspera da discussão do orçamento que lhes será entregue a proposta de orçamento. -----

O Sr. Deputado acrescentou que todos os partidos da oposição cedo perceberam a gravidade desta situação. Chamaram a atenção, como foi referido pelo Sr. Deputado Daniel Claro, e não foram ouvidos. Como os Deputados do Partido Socialista nunca se pronunciaram sobre estas questões, inquiriu directamente alguns Deputados. -----

Perguntou ao Sr. Joaquim Luís Lobato, que em 31 de Dezembro aprovou dívidas na ordem dos 12.000.000 euros, se concordava com esta gestão irresponsável do PS que, claramente, pôs em causa a sustentabilidade financeira do Município, e se também concorda que a mesma gestão, para remediar o mal que fez, aplique agora cortes

cegos, nomeadamente, nos subsídios às associações e colectividades do nosso Concelho. -----

Em relação à Sra. Deputada Dina Patrício, que votou a favor da reconstrução imediata da praça de touros, e como já está demonstrada obra não prioritária, tendo, inclusivamente, aumentado os encargos bancários da Câmara Municipal, gostaria de saber se concordava que fosse cortado em 50% os valores das bolsas de estudo e de mérito para poupar 18.000 euros, e se concordava com o corte de 23,5% nos subsídios para as IPSS's que o PS aprovou nesta Assembleia em Julho de 2010. Se concorda com novo corte em 30% dos subsídios para as IPSS's que o PS na reunião de câmara na semana passada e se concorda, finalmente, que a Associação do Dia para a 3ª Idade Nª Sr.ª do Paraíso receba 1.666 euros por ano, ou seja, 138 euros por cada mês por se dedicar à causa publica social. -----

Ao Sr. Deputado Francisco Jerónimo, em relação às taxas de resíduos sólidos que aumentaram 10%, perguntou se concordava que houvesse um novo aumento desta tarifa por forma a pagar aquilo que a Câmara deve à empresa respectiva e que ronda os 900.000 euros. Se concordava que a recolha dos lixos tenha de ser feita todos os dias e em todas as localidades enquanto a dívida não for paga. Se concordava ainda que a Câmara tivesse comprado um carro para a presidência, tivesse contratado mais uma secretária para apoio à presidência e que o motorista da presidência vá todos os dias para Lisboa no carro novo, com combustível e portagens pagas por todos nós. ----  
Dirigindo-se ao Sr. Deputado José Manuel Pratas disse que 54,5% dos actuais trabalhadores municipais foram contratados ou admitidos nestes últimos dez anos. Em 31 de Dezembro de 2002 o peso das despesas com pessoal representavam 21,8%, em 31 de Dezembro de 2010 as despesas atingiram os 35,4%. Perante este números quis o Sr. Deputado António Godinho saber se o Sr. Deputado José Manuel Pratas estava arrependido dos seus erros de gestão, se concordava que a CMA tenha 4 directores de departamento e 9 chefes de divisão, que o director da DIOM vá, de carro da Câmara, todos os dias para Montemor-o-Novo e que o executivo camarário tenha 4 vereadores em permanência, com vencimentos mensais superiores a 2.000 euros. -----

Por último interpelou Sr. Deputado Sérgio Ramos Jorge. Dado que ele, enquanto deputado do PS, tinha aprovado todas as alterações ao contrato programa da EMIA e respectivos empréstimos e que, ainda na qualidade de Deputado do PS, foi recentemente eleito para o Conselho Consultivo da EMIA, quis saber se a Câmara já tinha pago à EMIA os 103.000 euros de valores facturados em 2010, se a EMIA já facturou à Câmara o montante de 576.000 euros referentes a 2008/2009 e parte de 2010. O que pensava da má situação financeira da EMIA e da sua futura extinção e se já sabe quais irão ser as consequências negativas com essa extinção para a CMA, designadamente, com o aumento do passivo financeiro e seus reflexos na capacidade de endividamento municipal. -----

Depois de ter colocado todas as questões, o Sr. Deputado Municipal fez chegar à Mesa a seguinte proposta: -----

---- "PROPOSTA

Considerando: -----

1. A gravíssima situação económico-financeira da Câmara Municipal de Azambuja pode implicar, a curto prazo, a definição e execução de um programa de saneamento financeiro, a estabelecer com o Governo central e com a Banca. -----
2. As obrigações legais da Assembleia Municipal enquanto órgão fiscalizador do executivo camarário. -----



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

3. O teor do artigo 45.º e segs. Do Regimento d Assembleia Municipal de Azambuja.  
A Assembleia Municipal de Azambuja, reunida no dia 15 de Dezembro de 2011.  
Delibera o seguinte: -----

a) A constituição imediata da “Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamental Municipal”, que deverá tomar posse até à conclusão do presente ponto da Ordem de Trabalhos; -----

b) A referida Comissão deverá ter como prioridades de actuação as seguintes áreas:

- Análise ao passivo municipal: -----
- Análise aos custos da estrutura orgânica (politica e funcional) da Câmara de Azambuja. -----

c) A Comissão deverá reunir, pelo menos, uma vez por mês e apresentar relatórios da sua actividade nas reuniões ordinárias da Assembleia Municipal; -----

d) A Comissão deverá ter a seguinte composição: 2 deputados municipais do PS, 1 do deputado municipal da CDU, 1 deputado municipal da Coligação pelo Futuro da Nossa Terra e 1 deputado municipal do Bloco de Esquerda. -----

e) A Comissão será presidida pelo deputado municipal do Bloco de esquerda. -----  
Azambuja, 15 de Dezembro de 2011 -----

Os Deputados Municipais da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA”. -----

---- A Sra. Deputada Municipal Dina Patrício interveio, em resposta, dizendo concordar em 200% com a praça de touros porque tudo o que tem feito tem sido sempre em prol da cultura. Informou ter comemorado este ano 25 anos de associativismo sendo, actualmente, directora de uma colectividade pela 3ª vez. -----  
Relativamente aos cortes, disse que não tendo a Câmara dinheiro para pagar às colectividades, não pode atribuir verbas que depois não possa cumprir. Referiu ainda que em todas as iniciativas de que ela fez parte, a Câmara sempre a apoiou, quer a nível logístico quer financeiro. -----

No que diz respeito às bolsas de estudo, esclareceu que se licenciou sem recurso a bolsas de estudo. Havendo famílias carenciadas, existem outras formas de apoiar uma criança, todavia não lhe parece que, hoje em dia, o problema seja as bolsas de estudo. Acrescentou que se trata de um problema de formação de alunos e de professores. -----

---- A seguir interveio o Sr. Deputado José Manuel Pratas. Começou por dizer que as perguntas que lhe foram feitas tinham sido fáceis de responder. Sobre a questão do motorista da Presidência e do Director do DIOM, disse tratar-se de um acto de gestão e está contemplado na legislação. No entanto, pessoalmente, também não acha bem. Sobre o aumento de pessoal, esclareceu que o Sr. Deputado António Godinho se havia esquecido que uma grande parte deste aumento teve a ver com a transferência, do Ministério da Educação para as Câmaras, do pessoal afecto às escolas. Se a Câmara tem 5 vereadores em exercício a culpa não é do Presidente mas sim das pessoas que votaram no partido socialista. Quanto aos erros de gestão, disse já ter dito anteriormente, que era co-responsável por alguns actos, provavelmente menos bons. Acrescentou ainda que esta gestão não era totalmente responsável pela actual situação financeira. -----

---- O Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues pediu a palavra dizendo não achar muito correcto entrar-se em polémicas em questões menores, no entanto gostaria de fazer uma ou outra observação, nomeadamente, as intervenções do Deputados Daniel Claro e António Godinho porque foram bem pensadas e estruturadas e por isso merecem o seu aplauso. Mostrou a sua disponibilidade para discutir e aprofundar estas questões até onde for possível. -----

Em relação à intervenção da Sra. Deputada Dina Patrício que disse que as bolsas de estudo não são precisas para nada, lembrou que lá vai o tempo, acerca de 5/6 décadas, em que filhos de trabalhadores rurais iam trabalhar, aos 10 e 11 anos, para poderem concluir a 4ª classe, porque os pais não tinham posses. Alguns deles, depois de terem um emprego estável, na qualidade de trabalhadores-estudantes, conseguiram tirar cursos superiores. Uns conseguiram fazê-los por carolice, outros com alguns apoios familiares. Alguns alunos hoje, filhos de operários que, como há 50 anos, não têm condições para financiarem os cursos superiores dos seus filhos, se não for o auxílio dos Municípios, do próprio Governo ou de algumas instituições de solidariedade ou particulares, não conseguem tirar esses cursos. -----

---- A Sra. Deputada interveio novamente para dizer que nos quatro anos que andou na faculdade, para fazer o seu curso, foi sempre como trabalhadora-estudante. Disse que, na sua anterior intervenção, não quis, de forma nenhuma, dizer que as bolsas de estudo não serviam para nada. O que pretendeu dizer foi que, na falta do apoio da Câmara às bolsas de estudo, não se deve acusar este Executivo e que se o aluno quiser estudar existem muitas maneiras para poderem beneficiar desse apoio. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia interveio para anunciar a entrada na Mesa de um requerimento do PS para que a reunião se prolongue por mais 1 hora, tendo-o colocado de imediato à votação. -----

Realizada a votação foi o mesmo aprovado com 19 votos a favor (13 do PS, 4 da Coligação PFNT, 1 da CDU e 1 do BE) e 7 votos contra (5 da CDU e 2 do PS). -----

---- De seguida interveio o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro dizendo que de tudo o que ouviu o que mais o chocou foi a intervenção da Sra. Deputada Dina Patrício mas nem sequer comentaria por ser uma perda de tempo. -----

A situação financeira da Câmara não se deve exclusivamente a este Executivo. Conjugou-se, em Azambuja, aquilo a que os meteorologistas chamam a tempestade perfeita, a imprevidência de gestão, crise internacional, crise nacional e um concelho descaracterizado há muitos anos por um plano director municipal que não teve correspondência com o que era a base da economia do concelho na altura em que foi feito. Só há uma maneira de sair disto, mas terá de ser de uma forma responsável. É regressar à humildade de reconhecer que foram eleitos por pessoas que lhes escreveram uma carta. O voto que cada um, dos que foram eleitos, recebeu foi uma espécie de uma carta que o eleitor lhes escreveu. Nela o eleitor colocou as suas esperanças, aspirações, o que queria e o que não queria. Nesta conjuntura, extremamente difícil e com um Concelho à beira de situações extraordinariamente complicadas, será bom que todos saibam ter a humildade de responder aos eleitores que os elegeram. O Partido Socialista mantém, nesta Câmara, toda a legitimidade eleitoral, mas devia de ter a humildade de reconhecer que já não tem a legitimidade política, porque foi eleito com base num programa que, por via da tal tempestade que referiu atrás, não está em condições aplicar. Em sua opinião terá de haver uma concentração de esforços de todos para se encontrar uma solução e esta é que é a questão de fundo. Terminou a sua intervenção dizendo que a maioria absoluta acabou. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Francisco Jerónimo pediu a palavra, em direito de resposta, para dizer que assume todas as decisões que tomou. Vivia-se um momento e um contexto diferente, todos tinham consciência que havia exageros quer na vida pessoal quer na vida política de cada um, mas, nesse mesmo contexto, com o desejo de fazer obra e de servir as populações, tomaram-se decisões. Acrescentou que sempre fez parte de colectividades, sendo que a uma delas já desde há 30 anos. -----



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

---- O Sr. Deputado Lúcio Costa também quis intervir para dizer que aprecia as intervenções do Sr. Deputado Daniel Claro, embora não sendo muitas vezes o dono da razão, tem algumas vezes intervenções pertinentes. O apelo à reflexão financeira da Câmara é exemplo disso ao contrário da intervenção da Coligação PFNT, que foi altamente provocatória. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro interveio também para dizer que atribuição de bolsas de estudo e de mérito, para além de necessárias, são um bem que o município faz aos seus munícipes. Não quis terminar a sua intervenção sem dizer que a Coligação anda, desde 2009, a chamar a atenção para o agravamento crise e da financeira da Câmara. -----

---- O Sr. Dr. Godinho interveio novamente para, em primeiro lugar, agradecer aos Deputados que tiveram a amabilidade de responder às questões que ele lhes colocou. Apesar de não ter concordado com o que ouviu nalguns casos, reconheceu que isso também faz parte da democracia. Esclareceu que as intervenções, que são feitas nas diversas reuniões da Assembleia, pelos Deputados da Coligação PFNT são, previamente, preparadas e concertadas. Disse que as suas intervenções podem ser provocatórias mas não são, de modo nenhum, insultuosas. Falou da importância de nalgumas situações ter de haver uma “provocação saudável” para acordar as pessoas e promover os debates e as discussões dos assuntos. -----

---- Interveio também o Sr. Deputado Herculano Martins para dizer que tinha estado a analisar a demonstração de resultados, tendo ficado muito preocupado sobretudo com os resultados líquidos do exercício. Alertou para as consequências que iremos ter no Concelho, nos próximos anos, com a situação financeira agravada pelas dívidas da EMIA. -----

---- O Sr. Deputado Pedro Coelho também quis intervir dizendo que o documento distribuído aos Deputados do PS devia de ser analisado em consciência, pois reflecte tudo o que a Coligação PFNT tem vindo a alertar ao longo dos anos. Voltou a dizer que a actual situação financeira da Câmara é da inteira responsabilidade do PS. -----

---- O Sr. Deputado Daniel Claro interveio uma vez mais para dizer que em 29 de Setembro o BE apresentou um pedido de agendamento de uma assembleia até ao final do mês de Outubro, e ao qual o Sr. Presidente da Câmara deu o seu acordo expresso. O BE esperou calmamente que ela se realizasse, até com uma maior profundidade, para que as sugestões e recomendações tivessem a devida expressão depois no orçamento da Câmara. É por esta reflexão não ter sido feito, que o Sr. Deputado disse que, provavelmente, não se está em condições, em bom rigor, de apresentar um orçamento consentâneo com os desafios que se aproximam. -----  
O apelo ao diálogo faz parte da assumpção das responsabilidades de cada um. Quem defende o Governo deve fazê-lo no local próprio, como quem defende a Câmara deve fazê-lo também no local próprio. Contudo, existe um valor maior que é o de todos estarem de acordo num determinado momento, mas não se pode esbater o que se passou até chegar a esse momento, uma vez que são coisas completamente distintas. A verdade é que o Concelho está numa situação de grande dificuldade que não se pode esconder mais e, por isso, todos os contributos são bem-vindos. Com isto pretendeu dizer que este já não é o tempo da arrogância. -----

---- Após estas intervenções, tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara. Disse que foi mencionado o corte de 50% às bolsas de estudo mas não foi referido que foi abolida o número de bolsas de estudo. Relativamente ao corte de 30% às IPSS, o Sr. Presidente lembrou que os apoios sociais foram criados pelo executivo no mandato anterior, numa altura e numa conjuntura em que isso era possível. Actualmente, face

à nova conjuntura, tal já não é possível. Esclareceu também que a intervenção social não se limita apenas às IPSS. -----

Sobre a intervenção do Sr. Deputado Municipal Daniel Claro, disse concordar nalgumas situações, nomeadamente, na necessidade de se fazer uma profunda reflexão sobre o que se quer para o Concelho. Uma vez que está anunciada, pelo Governo, a saída de legislação para 1º semestre de 2012, relativamente às matérias de organização interna, disse não fazer sentido estar-se a lançar um processo de reorganização sem se conhecer a dita legislação. O problema da dificuldade financeira tem de ser debatido e resolvido por todos, enquanto órgãos autárquicos do Município de Azambuja, mas não é um problema do Município de Azambuja exclusivamente. Trata-se de um problema do País, ou seja, dos 308 Municípios, das Juntas de Freguesia, das Instituições, das Empresas e das Famílias. Na verdade, nos últimos anos, todos recorremos excessivamente ao crédito, disse. -----

O Sr. Presidente chamou também a atenção para o facto de se ter criado um mito à volta do “endividamento” e passou a explicar. Disse que o endividamento municipal é constituído por três partes. A curto prazo, que nunca foi utilizado. Médio e longo prazo ficaram aquém e no endividamento líquido, ultrapassou-se. -----

Não houve contracção de empréstimos por parte da Câmara ou da EMIA desde há dois anos para cá. -----

Informou ainda o Sr. Presidente que o limite do valor líquido é calculado em função das receitas municipais e, naturalmente, se as receitas baixam, esse limite baixa também. Em 2011, a lei do orçamento geral do estado determinou que o contava para o endividamento líquido eram as receitas cobradas até 30 de Setembro e não até ao final do ano. A dívida a fornecedores também fez aumentar o endividamento líquido. -----

---- Dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente da Assembleia auscultou os Srs. Deputados sobre a Discussão do ponto seguinte. -----

---- O Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas interveio dizendo que os membros do PS estavam de acordo em que fosse agendada uma assembleia extraordinária para o próximo mês de Janeiro desde que os membros não fossem remunerados. -----

----- O Sr. Deputado Municipal António Godinho interveio dizendo também estar de acordo na realização dessa reunião e em relação à remuneração também não põem qualquer objecção. Lembrou, no entanto, que foi entregue à mesa uma proposta para ser votada. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia interveio para ler a proposta, apresentada anteriormente durante a intervenção do Dr. Godinho, referente à criação, no seio da Assembleia Municipal, de uma Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamental, isto no âmbito da discussão do ponto nº 9 da Ordem de Trabalhos - Análise da Situação Financeira da Câmara Municipal de Azambuja. Por se tratar de uma assembleia extraordinária, surgiram dúvidas na Mesa sobre a aceitação da proposta, uma vez que o assunto não constava na Ordem de Trabalhos. Em face das dúvidas suscitadas, a Mesa decidiu submeter a proposta à decisão da assembleia sobre a eventual aceitação da mesma para discussão e deliberação, tendo sido obtida a seguinte votação: A proposta foi rejeitada por maioria, com 14 votos contra do PS e 11 votos a favor (4 votos da Coligação PFNT, 6 da CDU e 1 do PS). -----

----**10. Ponto da situação do processo de revisão do Plano Director Municipal**

---- Este ponto foi retirado. Será agendado numa próxima reunião. -----

**11. Informações**

---- Este ponto foi retirado. Será agendado numa próxima reunião. -----





## *Assembleia Municipal de Azambuja*

### **PROVAÇÃO DA MINUTA**

---- O 2º Secretário da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da acta da presente reunião, findo o que foi a mesma colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 25 votos a favor e 3 abstenções. -----

---- Esta acta foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

### **ENCERRAMENTO**

---- Era uma hora do dia 16 de Dezembro de 2011, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião. -----

---- Para constar se lavrou a presente acta em minuta, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----

